

Correios celebram lucro recorde à base de redução de direitos e demissões

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ameaçada de privatização pelo governo, anunciou nesta quinta-feira (17) “lucro recorrente histórico” de R\$ 3,7 bilhões no ano passado, 101% maior do que no ano anterior. A mensagem entusiasmada de sua direção fala em um “horizonte promissor”, com perspectiva de dobrar o volume de encomendas e a receita nos próximos anos.

O mesmo comunicado cita mudanças na gestão de pessoal como decisivos para os bons resultados. A empresa fala, por exemplo, em “adaptação” do acordo coletivo, que teve suprimida a maior parte de seus itens. Isso já proporcionaria uma economia de R\$ 1,3 bilhão ao ano, segundo a ECT, que destaca ainda dois planos de demissão voluntária (menos R\$ 2,1 bilhões na folha).

Em 2018, por exemplo, os Correios tinham aproximadamente 106 mil funcionários. Segundo o balanço divulgado hoje, são 89,3 mil, queda de 16%. Daquele total, 48,8 mil são carteiros. No ano passado, foram 11,8 milhões



de mensagens e 2,3 milhões de encomendas entregues por dia.

Parado no Senado

Apesar da pressão, o governo enfrenta dificuldades para fazer andar o Projeto de Lei 591, que permite a privatização dos serviços postais. Ontem (16), o senador Márcio Bittar (PSL-AC), relator do texto, devolveu a matéria à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, porque não faz mais parte do colegiado. Com isso, o projeto terá de ser redistribuído.

Para os representantes dos

funcionários, a venda da ECT provocaria um “apagão postal”, deixando grande parte dos 5.570 municípios brasileiros sem atendimento. “Os Correios são um patrimônio da população e não de um governo. Os trabalhadores dos Correios prestam um serviço essencial de integração nacional, de entrega de encomendas, medicamentos, livros didáticos e urnas eletrônicas. Sem os Correios, não há garantias de acesso ao serviço postal para todos”, afirma a Fentect, federação nacional da categoria.

Fonte: CUT

Sindsep/MA realiza Assembleia por Local de Trabalho na Ebserh

O Sindsep/MA realiza na próxima segunda-feira, 21, uma Assembleia Por Local de Trabalho na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/MA), para tratar sobre a nova proposta apresentada pela Empresa com rela-

ção ao ACT.

A assembleia vai acontecer às 12:30h, na área externa do Setor de Marcação de Consulta do Hospital Universitário Presidente Dutra (HUUFMA), com todos os trabalhadores associados à entidade.

ASSEMBLEIA EBSERH/MA

21 de Março
12:30 horas
Estacionamento
do Hospital Dutra
(HUUFMA)



Governo Bolsonaro trabalha pelo desmonte da Conab e da política nacional de alimentos

O governo Jair Bolsonaro pretende dar mais um passo para desestruturar por completo a política de armazenamento e controle de preços de alimentos e de fomento a produção de agricultores familiares que era missão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, além de outros membros do alto escalão do governo, têm anunciado pela imprensa a intenção de transformar a Conab em “Agência de Inteligência Estratégica”.

Diante de mais essa ameaça, a Fenadsef emitiu uma nota em defesa da Companhia e convocando as demais entidades de servidores e empregados públicos, assim como os parlamentares comprometidos com a democracia a saírem em defesa da Conab e de suas políticas.

A nota destaca que pouco se sabe sobre a mudança que o governo pretende fazer porque ela foi sequer informada aos empregados que trabalham para a Conab. Mas, até onde se sabe, a nova estrutura seria voltada a análises econômicas com o objetivo de beneficiar o agronegócio exportador, relegando a agricultura familiar e as demais políticas da Companhia a um plano pouco importante, como tem ocorrido extraoficialmente desde o início deste governo.

“Num país com a estrutura agrária e agrícola como o Brasil, diminuir a atenção dada à agricultura familiar, levará o agricultor familiar a dificuldades de grande magnitude e facilitará a concentração de terras em latifúndios,

aumentando os bolsões de pobreza e concentrando a renda entre aqueles que já detêm a maior parte da riqueza nacional. A Conab não deveria fazer o contrário, centrando esforços para essa parcela da sociedade em vez de se voltar às camadas mais privilegiadas?”, observa o documento.

A Conab tem como missão garantir ao pequeno e médio produtor os preços mínimos e armazenagem para guarda e conservação de seus produtos, suprir carências alimentares em áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada e formar estoques reguladores e estratégicos objetivando absorver excedentes e corrigir desequilíbrios decorrentes de manobras especulativas. Mas todas essas políticas vêm sendo deixadas de lado desde que Bolsonaro assumiu a Presidência.

Em 2019, o governo fechou 27 armazéns da Conab responsáveis pela distribuição e controle dos alimentos e de seus preços, combate à fome, proteção a pequenos agricultores, atuação em casos de desastres ambientais, entre outras políticas. Nesses armazéns, eram estocados os alimentos produzidos no Brasil, inclusive pela agricultura familiar, e comprados pelo governo. Quando os alimentos apresentavam alta de preços, o governo vendia os estoques por preços mais baixos, exercendo um controle.

Em 2013, o país tinha 944 toneladas de arroz estocados, em 2015, mais de 1 milhão de toneladas. Em 2020, eram apenas 22 toneladas, o que não garantia nem uma semana de consumo no país. De lá para cá, a situação só piorou.

Hoje, não existem estoques governamentais de alimentos para contingência, nem para intervir no mercado nem para apoio aos programas sociais que minimizem a fome de milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza.

Atualmente, o agronegócio consegue obter mais lucro vendendo a sua produção para outros países, devido à alta do dólar, desabastecendo o mercado nacional e provocando o aumento de preços. Importante destacar que além de fechar os armazéns da Conab, o governo está promovendo o desmonte do órgão como um todo e a desvalorização de seus trabalhadores. Desde junho de 2019 que os servidores tentam negociar o seu Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) sem sucesso.

A nota observa que a guerra que coloca a Ucrânia como joguete da disputa entre EUA e Rússia já está impactando a situação no Brasil com o brutal aumento dos combustíveis que certamente repercutirá nos itens da cesta básica. Sem a política de controle dos preços da Conab, os alimentos tendem a se tornar cada vez mais caros.

Há notícias de que outras mudanças estão em curso noutras áreas da Conab sem a participação dos empregados que são, realmente, quem acumula a experiência e conhecimento para promover transformações que atendam aos anseios da sociedade, dos produtores e do Estado brasileiro, sem perder as reais aptidões da companhia, estabelecidas em Lei e na Constituição Federal.

Fonte: Condsef